

O ESTATUTO DOS ARTESÃOS E O SEU PODER NA *REPÚBLICA* DE PLATÃO

RAIMUNDO ARAÚJO DOS SANTOS

Abstract: Plato's craftsmen's statute in the *Republic* comes as a result of a reflexive effort to understand the notion of *power*, not as a commandment, domination or strength, but rather as the action of virtue and the exercise of citizenship, which arises out of the demands of the unrestricted observation of the role each one plays in the City.

O estatuto dos artesãos e o seu poder na *República*, que Platão desenvolve no livro II, pode ser apreendido na exposição sobre a origem da Cidade¹. A sua organização traz consigo a divisão de funções e a formação dos estamentos (*éthnésin*) que têm como fim o estabelecimento da justiça (*dikaíosýne*). A justiça é, portanto, definida com base no conceito de função ou trabalho específico (*érgon*). A função ou tarefa que cada estamento deve assumir é, então, trabalho específico sobre determinada coisa. A noção de trabalho (*érgon*) tem correlação com a virtude (*areté*) no sentido de que *érgon* é a função, e *areté*, a potência (*dýnamis*) de cada grupo ou indivíduo para exercitar a sua função. Sendo assim, a virtude ou *areté*, relacionada à *dýnamis*, traz o sentido de poder. Mas há, também, o poder (*krátos*) com o sentido de força, que se exprime no domínio que esmaga. O poder com esta significação é observado em Homero². Em Platão, na configuração dos estamentos (*éthnésin*), na cidade (*politéia*), o *kratós* traz o sentido de capacidade, de orientação, de permissão. Veremos, então, que na divisão de funções necessária para a organização da

Raimundo Araújo dos Santos é mestre em filosofia pela PUC-SP, São Paulo, Brasil.

1. "O que dá origem a uma cidade é a impotência em que se encontra cada indivíduo para bastar-se a si mesmo..." (*Rep.* 369 e ss.).

2. *Kratós*, poder, com essa conotação aparece em Homero na *Iliada*, na conhecida disputa entre Aquiles e Agamenón.

cidade, cada estamento com sua função específica exprime um poder, com direção específica, em vista da sustentação da cidade na justiça (*dikaíosýne*) e no bem (*ághaton*).

A divisão de funções que aparece no livro II da *República* estabelece o princípio segundo o qual cada um tem que executar a sua tarefa própria (*tá éautou práttein*). Disso decorre que os estamentos devem ser três: o dos **filósofos**, que deve assumir o compromisso com o governo, o dos **guerreiros**, que tem como incumbência a defesa da cidade e o estamento dos **artesãos**, que se ocupa do setor produtivo. Esta configuração põe como princípio necessário o dever de obediência à divisão de funções para não colocar em risco o bem da cidade. Contudo, para muitas interpretações (mais adiante mencionaremos a posição do helenista J. P. Vernant), a obediência a este princípio, que traz como conseqüência uma hierarquização das funções, tem significação negativa, pois os artesãos como produtores ficariam à margem da participação do que constitui o poder. Estas interpretações dão ao *kratós* os significados de comando, de força, de domínio exercidos por um único grupo, que não estão presentes na noção de Platão (na *República*).

Para que se tenha uma compreensão da hierarquização das funções dos estamentos e do poder que lhes são relativos como algo não necessariamente negativo, procuraremos, primeiramente, entender melhor que à figura do cidadão em Platão corresponde o valor “ser virtuoso”, e que esse valor implica cumprir bem a atribuição que lhe é requerida. Isso envolve uma noção de poder que não está atrelada, necessariamente, ao comando ou à força. Observe-se, porém, que o “fazer”, que se associa sempre a um poder, não se restringe ao campo técnico-produtivo, o campo do *póiein* que significa o fazer como fabricação, mas abrange também o campo do *práttein*, que se traduz por agir, o campo das ações não-produtivas. Do mesmo modo que o “fazer” abrange o campo das ações não-produtivas, o poder não se restringe apenas aos setores dirigentes da sociedade, ou seja, aos que têm a função de governar.

A noção de poder como “agir virtuoso”, na *República*, é sistematizada na necessidade de divisão das tarefas empreendidas por Platão no livro II. A divisão de funções que visa a distribuição dos poderes pode trazer muitas vantagens a todos, desde a eficiência na sua realização até a boa ordenação de uma cidade. Dividir tarefas consiste em atribuir a cada pessoa, ou a cada grupo, um poder, por meio de uma incumbência específica, para que estes possam realizá-lo da melhor maneira possível para o seu bem e o bem da cidade.

Uma vez que cada atribuição deve ter seu âmbito específico de competência e o compromisso de procurar a sua melhor realização, cada uma terá, por isso, uma virtude, uma *areté* que lhe corresponde. A *areté* como qualidade de uma pessoa ou de um grupo é sinônimo do poder que estes são capazes de exhibir, visando a um fim bem determinado, o bem da cidade. A virtude que cada função exprime em sua realização, dito de outro modo, é a expressão da sua excelência, aquilo que faz a sua dignidade. Para o artesão e para os outros estamentos, a virtude, que cada um exprime a seu modo, manifesta o poder através do qual fazem sua interferência nos destinos da cidade.

Em um trecho da *República*, Platão nos mostra como a realização de uma função é seguida de uma virtude, entendida como o poder de realizar algo. Eis o texto:

Portanto, não te parece ter uma virtude que lhe é própria tudo aquilo que está encarregado de uma função? [...] Os olhos, dizíamos nós, têm uma função? Portanto, têm também uma virtude? (*Rep.*353 B).

Aplicando-se esse raciocínio às tarefas que são realizadas na cidade, tanto o filósofo quanto o guerreiro e o artesão executam-nas por ação de um poder, e, desde que cumpram bem suas funções estarão sendo virtuosos. A virtude enquanto expressão de um poder de fazer algo não se separa da competência e exprime a cidadania. Desse modo, “temos que um cidadão se faz pela sua virtude e competência num único ofício”.

Um artesão que se ocupa de uma única tarefa e age com competência faz bem para a cidade, é um bom artesão. Ser um bom artesão, tanto no sentido ético como no âmbito técnico, é uma exigência que se impõe a partir da boa ordenação da cidade, portanto, ser virtuoso é o ofício do cidadão, e o poder, entendido como virtude, não pode ser um privilégio apenas de alguns mas de todos, e cada um, ao seu modo, procura a virtude na ação.

Essa análise nos permite discordar de J. P. Vernant que, ao interpretar a noção de poder em Platão, afirma a existência de uma “incompatibilidade entre a função técnica e o poder político”³. O intérprete desenvolve a

3. Jean-Pierre Vernant. *Mito e pensamento entre os gregos*. Paz e Terra, pág. 254. Este assunto está desenvolvido com maior abrangência em minha dissertação de mestrado (PUC - SP, 1999) “A Dignidade da técnica em Platão”, págs. 56, 69 e 55 (sob orientação da Prof. Rachel Gazolla de Andrade).

idéia de que há uma dissimetria na atribuição do poder em Platão, pois enquanto os estamentos dos filósofos e dos guerreiros possuem uma virtude cada um, ao estamento dos artesãos há a recusa de uma virtude específica⁴.

Não nos parece possível discordar de que o poder político, sendo uma função, tenha um executor, o governante, que em Platão, deve ser o filósofo, exigência que resulta da maneira como Platão estabelece a divisão das funções na *República*, que não é um modo arbitrário de fazê-lo, pois decorre necessário da constituição da alma⁵. Os artesãos estão encarregados de cuidar do setor produtivo; os guerreiros, por sua vez, encarregam-se da defesa da cidade; o filósofo-governante incumbe-se do governo. Seria incoerente defender que, como tal, o governante executasse uma outra função que não fosse a sua (governar), que o artesão, enquanto artesão, executasse uma outra função que não fosse a sua (produzir). O mesmo raciocínio é válido para qualquer profissão em particular. Não se trata, apenas de uma questão de fidelidade à lógica do discurso platônico, ou seja, de que a alma tem diferentes qualidades (desejo, coragem, razão) e é em nome destas que se institui a cidade e as suas diversas funções. Mas não há como negar que em uma cidade as funções sejam diversas como são diversas as potencialidades nas pessoas. Portanto, não nos parece uma incoerência ou desvalorização dizer que um homem não tenha qualificação para o poder político por ser artesão (visão de Vernant), visto que tal função, a de governo, não é responsabilidade sua. A rigor, o raciocínio que aponta para uma desqualificação do artesão conduz à conclusão de que o filósofo deve ser comparado com o artesão (como se todos fossem iguais por natureza), e que em nome dessa comparação poderia (ele, o filósofo) ser colocado num nível inferior, dada a sua desqualificação perante a função técnica⁶; ou, de outro modo, fica a

4. J. P. Vernant, *op. cit.* pág. 255.

5. No *Timeu*, Platão apresenta, em teor mais avançado e acabado, a sua doutrina da alma. De constituição tripartida, a alma é nomeada em suas *dýnameis*: a potência epitimética (*epithymétikón*), a potência timocrática (*thymoeidê*) e a potência logística (*logistikón*), significando respectivamente o desejo, a coragem e a razão. Esta mesma noção que também aparece na *República* (369 d-e) faz corresponder aos artesãos ou à função técnica o campo do desejo.

6. Deve-se entender que o filósofo é “desqualificado” para a função técnica enquanto esta é entendida como processo de produção de objetos, e “qualificado” no que concerne ao domínio dos seus fundamentos, pois o filósofo, como conhecedor do conjunto, tendo ele a visão total, é quem determina os fins aos quais deve se orientar o processo produtivo.

impressão de que todos devem desejar o poder político pois este seria o único com dignidade na cidade. Mas a questão não é de comparação do que é “inferior” ou “superior”, ou sobre “qualificação” e “desqualificação”; refere-se à adequação das potencialidades da alma (que diferenciam os indivíduos), às funções necessárias à *politéia*. A simetria e igualdade entre os indivíduos (que estão supostas nas análises de Vernant) poderiam levar a tal tipo de raciocínio. Em Platão, esta possibilidade está descartada, visto que para ele os indivíduos são diferentes por natureza, e é por esta razão que há divisão de ofícios, exatamente para contemplar as diferenças. Assim, a noção de poder em Platão (*República*) passa pelo entendimento de que as funções na cidade, que decorrem das potencialidades da alma, obedecem à observância incondicional da função que cabe a cada um.

Dada, portanto, a especificidade de cada função e a preparação, também específica, que cada estamento tem quanto ao seu cumprimento, não pode haver ‘desqualificação’ de uma função, pois é normal a divisão de ofícios (que, a rigor, não é uma arbitrariedade platônica). A “desqualificação” dos técnicos só é cabível quando se comparam os estamentos do ponto de vista da igualdade das pessoas por natureza e da concepção do poder como dominação. Nesse caso, perde-se o sentido especificamente platônico, pois todas as funções na cidade são necessárias e, em nome disso, têm a sua importância e, como tal, não podem ser desqualificadas em si mesmas.

Fica-nos, portanto, a conclusão de que hierarquizar não é o mesmo que “desqualificar”. Mas, para Platão, a hierarquização dos estamentos e das atribuições devidas a cada um, portanto, do poder, não quer dizer desqualificar, visto que cada função se afirma em sua própria competência e virtude específica e geral (de que falaremos melhor pouco mais adiante), daí retirando seu valor. Tomar a desqualificação no sentido que Vernant lhe atribui significaria negar a sustentação da filosofia platônica na *República* e, ao mesmo tempo, fragilizar as conclusões que daí decorrem. Não se estaria discutindo no campo propriamente filosófico. Seria possível discutir em outra perspectiva, mas isso não garantiria legitimidade ao discurso e o seu resultado estaria submetido a um certo relativismo, algo que não seria platônico.

Um entendimento rigoroso entre o exercício do poder e o exercício da cidadania – e uma exata compreensão da hierarquização das funções – nos garante a apreensão do estatuto do artesão e do seu poder na *República*. De acordo com o que podemos ler nessa obra, o exercício de cidadania não é passível de ser dividido entre grupos de poder. Aquele que cumpre

de modo eficiente a sua função faz bem para si mesmo e para a cidade. A cidadania é correlata à virtude, e por seu intermédio liga-se aos grupos constituídos (no caso platônico, os artesãos, os guerreiros e os filósofos). Pôr em ação a virtude, operacionalizá-la enquanto poder de fazer, é realizar a cidadania. Mas esta não se efetiva apenas por meio do poder que decorre das funções individuais: a cidade precisa de uma virtude geral, ou de um poder, comum aos indivíduos e aos grupos para afirmar-se como unidade. Essa virtude da cidade Platão chama de temperança ou *sophrosýne*. É ela que orienta o todo. Em sua atuação, como referência aglutinadora no plano ético-político, propicia uma relação de 'igualdade' entre aqueles que, por natureza e exercício de funções, são diferentes.

Todos têm um poder, uma virtude na cidade. Platão não nega um poder e uma virtude aos artesãos, e estes têm a sua dimensão no geral, a *sophrosýne*, seu âmbito específico na competência de cada indivíduo, o *phrónimos*, é um tipo de inteligência prática que coordena o agir ético-político, que não é o caso de desenvolver aqui. Vejamos o trecho da *República* no qual Platão fala da virtude para todos:

...Em quais dos cidadãos dirás então que existe a temperança (*sophrosýne*), quando eles se comportam deste modo? [tendo domínio sobre os prazeres e os desejos]. Nos governantes ou nos governados? – Nuns e noutros – Vês então que adivinhamos corretamente ao dizer que a temperança se assemelha a uma harmonia. (*Rep.*431 E)

A consonância da temperança, da coragem e da sabedoria (virtudes dos estamentos na cidade) constitui o indivíduo-cidadão, exprime a justiça na *politéia* platônica e o que resulta da ação consciente desse indivíduo-cidadão.

A função do artesão é uma função específica e tem sua dignidade, ela requer uma competência, uma habilidade que Platão honra como nobres e imprescindíveis. Mas ao artesão não compete governar, isso porque o seu setor, através do qual interfere na cidade (as técnicas), possui um limite objetivo que, teoricamente, é estabelecido pelo lugar que ocupa na hierarquia do conhecimento (que não cabe desenvolver neste espaço). A dignidade da técnica artesanal, pelos seus limites e possibilidades, não consiste em governar, mas em observar e cumprir estritamente o que lhe compete (produzir, no caso), o que contribui para a boa ordenação do todo. Nisto está a sua excelência. Nisto está o seu poder. Para o setor produtivo, é o necessário e o suficiente.